

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 03/2017
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Maria Eduarda Freitas Ferreira Neiva Rosa*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 2.ª Sessão**
28 de abril de 2017 - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Morais*
 - *Carlos Fernando Avelens Freitas*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Cumprimento o Executivo, os Membros desta Assembleia, o Público e Comunicação Social desejando a todos uma boa sessão

Registo de Faltas.

José Baltazar Gomes Aguiar, David Martins Garrido, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Sílvio António Santos, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa, Lina Maria Gomes, Carlos Alberto Dias Barja Alves.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Bom dia a todos.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações apresentadas.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2017.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 2.ª Sessão Ordinária de 28 de abril de 2017.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não houve qualquer intervenção do público, pelo que vamos iniciar a Ordem do Dia.

Antes da Ordem do Dia

3- Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção hoje é mais uma pergunta, tivemos conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara tomou uma posição pública relativamente ao Hospital de Mirandela e nomeadamente em relação à sua Administração, onde tornou público junto da população concelhia que, pairava a possibilidade da desclassificação do Serviço de Urgência do Hospital de Mirandela, apesar de ser uma Unidade Médico-cirúrgica, que tem vindo ao longo do tempo a perder diversas valências técnicas.

Passado este tempo todo, depois daquilo que já debatemos nesta Assembleia Municipal noutros mandatos, com a perda da Maternidade do Hospital de Mirandela, pensávamos nós que esta desclassificação do Hospital de Mirandela estaria encerrada e estranhámos ao fim de todo este tempo e depois do Senhor Ministro da Saúde ter anunciado na televisão, que tudo o que tinha sido encerrado por anteriores Governos, nomeadamente, até pelo último Governo, ia ser reposto e restabelecido, na qualidade de município e também na relação direta que tenho com o Hospital de Mirandela, tomar conhecimento que ela continua a ser desclassificada, tomar conhecimento que ela tem vindo a ter reduções no seu orçamento de encargos trimestrais com a aquisição de serviços profissionais na ordem dos 35 % e também que alguns equipamentos lá instalados não estão ao serviço da população de Mirandela.

O Senhor Presidente da Câmara, anuncia também que já marcou uma reunião com a Administração da ULSNE - Unidade Local de Saúde do Nordeste, perguntava-lhe também, se bem que marcou esta reunião que a faça, se porventura não tem intenções de visitar o Senhor Ministro da Saúde, uma vez que depois de tantos serviços restabelecidos e repostos, o que é que ele tem de contra ou vê de significativo, para a redução das despesas no Orçamento do Estado, nomeadamente nas verbas da saúde, o quanto estes 35 % de redução de verbas são significativos no Orçamento do Estado.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na Sessão de 28 de novembro de 2016 e na sequência da apreciação do Orçamento para o ano 2017, solicitei a palavra para me inteirar sobre a previsão no que respeita ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela. Como é do conhecimento geral é pouco claro o desenvolvimento dos serviços prestados pelo Metropolitano Ligeiro de Mirandela e o serviço de transportes internos em autocarro em Mirandela é prestado por esta empresa municipal.

Como também é do conhecimento geral, dado que por diversas vezes fiz intervenções sobre a mobilidade das populações no concelho de Mirandela, pretendendo esclarecimentos sobre esta temática, assim, reforcei a questão verbal, apresentada com um email no próprio dia 28 de novembro de 2016, às 21.15 hrs., que sei foi recebido pela Mesa desta digna Assembleia, isto porque, por lapso técnico, a parte final das intervenções não foi transcrita por problemas técnicos de audição.

Acontece que passados cinco meses da solicitação da informação, ainda me não foi prestada a informação sobre o assunto solicitado, espero que o Relatório dos Direitos da Oposição refira este facto anómalo, deste modo e porque enquanto Membro desta Assembleia resolvi em 11 de junho corrente, adquirir um bilhete e avaliar pessoalmente o serviço prestado nesses autocarros.

Passo a expor-vos ilustres Membros desta Assembleia, eleitos pelos municípios, o resultado da minha observação.

Há duas formas de adquirir o título de transporte, compra a bordo com o custo de 1,70 €, aqui muito particularmente posso dizer que normalmente e porque está definido assim, o símbolo do euro coloca-se antes da numeração e não depois, ou compram num café não identificado, ao lado da Farmácia Mascarenhas com o custo de 0,70 €.

O título utilizado para o percurso não data de emissão, referindo ser a primeira emissão de 2014 e apresenta a referência A0010806, que só será válido depois de obliterado, está cá escrito, mas o autocarro não possui máquina de obliteração e o motorista rasgou-lhe uma ponta e disse que isso era só no comboio.

O autocarro não se encontrava convenientemente limpo, mas gostei do percurso que percorreu quase toda a cidade, durou 45 minutos, das 09.30 hrs. Às 10.15 hrs. E satisfiz 14 utilizadores, comigo próprio.

Sendo um serviço considerado útil, permite-me tecer algumas considerações, inexistência de qualquer informação que o torne útil para apenas os que o conhecem, a ausência total de indicação de paragens, onde só os que o conhecem sabem onde para, sem indicação de itinerário ou de horários, sendo um obstáculo para uma maior utilização, porque as pessoas não sabem qual é o caminho que vai ter.

Não tendo dúvidas de estarmos em presença de um serviço a incrementar de forma profissional e responsável, uma vez supridas as deficiências referidas, deixando a fase experimental, para benefício da mobilidade interior em Mirandela, com ou sem o Metropolitano Ligeiro de Mirandela, se a empresa acabar o serviço deve continuar, há que desenvolvê-lo, deixo contudo uma sugestão, passando próximo dos Hipermercados, uma passagem com paragem nestes locais aumentaria consideravelmente a população servida.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tinha aqui uma proposta de intenção para aquilo que aconteceu nos últimos dias em relação aos incêndios, principalmente em Pedrógão Grande, onde houve a tragédia, em Figueiró dos Vinhos, em Castanheira de Pera, e Pampilhosa da Serra. O que me traz aqui a este púlpito é pedir um minuto de silêncio, às tragédias que afetaram as populações e toda a floresta na zona centro do país, a área ardida com maior dimensão atualmente na Europa e peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e também a esta Assembleia Municipal que faça chegar a estes Municípios as maiores condolências para Pedrógão Grande e também as condolências em relação às outras áreas ardidas e que o Governo de Portugal intervenha com a ajuda em todas elas. Esta é a primeira situação que eu tinha para apresentar.

Tenho aqui uma outra intervenção, “Quem falhou em Pedrógão? Todos passam culpas e a culpa morre solteira”.

Proteção Civil falou em falhas do SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal, SIRESP diz que esteve à “altura” dos acontecimentos e agora é a Secretária-Geral do MAI – Ministério da Administração Interna a acusar a Proteção Civil.

Eu honro as pessoas que morreram e os Bombeiros e as populações, mas a culpa que não morra solteira, como tem sido através das várias situações que se têm passado ao longo de todos os Governos.

O incêndio devastador de Pedrógão Grande continua envolto em dúvidas, com sucessivos relatórios e informações e a “apontarem o dedo” entre entidades, em que o relatório do SIRESP garante que “esteva à altura da complexidade do teatro das operações”, embora a Proteção Civil tenha falado em falhas, agora é a vez da Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna acusar a Proteção Civil, ao dizer que deveria ter solicitado “em tempo útil” uma estação móvel do sistema de comunicações.

“O que aconteceu”, numa carta dirigida ao Senhor Primeiro-Ministro *António Costa*, citada pela Lusa na quarta-feira passada, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) considerou que foi a “dinâmica” gerada pela conjugação entre incêndio e instabilidade climática que, no sábado anterior, gerou no terreno condições excecionais para a propagação das chamas.

A ANPC – Associação Nacional de Proteção Civil, devia ter pedido estação móvel “em tempo útil”.

Na última sexta-feira a Autoridade Nacional de proteção Civil apontou falhas na rede SIRESP, acrescentando, porém, que estas foram supridas por “comunicações de redundância”. O Primeiro-Ministro veio depois exigir à Ministra da Administração Interna o “cabal esclarecimento” sobre as falhas em causa. E *Constança Urbano de Sousa*, por seu turno, exigiu um estudo independente ao funcionamento do SIRESP e uma auditoria pela Inspeção-Geral da Administração Interna à Secretária-Geral da Administração Interna.

Já na terça-feira, alguns jornais davam conta que a “fita do tempo” das comunicações registadas pela ANPC apontava para cerca de 10 falhas críticas no sistema de comunicações SIRESP durante as primeiras 48 horas do incêndio. Falhas essas que teriam deixado pelo menos 10 pessoas sem socorro. O SIRESP diz que não houve falhas em Pedrógão Grande, esta quarta-feira foi conhecido o relatório da Secretária-Geral da Administração Interna (SGMAI), publicado no Portal do Governo. E aqui é a ANPC que está em destaque. “A ANPC ao verificar que a situação se estava a tornar excecional, requisitando mais meios de combate ao incêndio, deveria também em simultâneo ter solicitado preventivamente a mobilização da estação móvel em tempo útil, mesmo antes de alguma estação rádio fixa se encontrar em modo local” diz o relatório.

O documento indica que o pedido para ativar a estação móvel foi feito às 21:15 horas., pelo Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna e às 21:29 horas pela ANPC “nesse momento era já impossível ter a EM – Estação Móvel, em Pedrógão Grande a tempo de ajudar a minorar as ocorrências que resultaram em mortes. O tempo necessário otimizado para que a EM se deslocasse e iniciasse serviço é de 4:00 horas a EM face à hora a que foi solicitada nunca poderia ter chegado a Pedrógão Grande antes das 1:15 horas. As mortes, pela análise da fita do tempo da ANPC terão ocorrido até às 22:30 horas.”, adianta ainda.

O relatório também nota que a SGMAI não sabia que a estação móvel da P.S.P: “já se encontrava na oficina, para revisão mecânica agendada para dia 19”, “sem ter sido salvaguardada pela P.S.P: a possibilidade da viatura poder ser mobilizada logo que necessária.”

Isto a mim traz-me muitas dúvidas em relação àquilo que se falou, espero que isto tenha um fim em que as pessoas saibam o que realmente aconteceu neste grande incêndio, que é o maior incêndio da Europa.

“Proposta

Incêndio em Pedrógão Grande.

Relativamente ao incêndio de Pedrógão Grande e concelhos limítrofes registou-se um desastre de grandes dimensões, não só com as mortes mas também aos problemas psicológicos que vão resultar naquelas populações.

Como tal o Grupo Municipal do PSD, propõe nesta Assembleia Municipal de 30 de junho um minuto de silêncio em memória dos falecidos.

Dar conhecimento desta proposta à Assembleia Municipal de Pedrógão Grande

A Assembleia Municipal de Mirandela aprovou por unanimidade um voto de pesar e cumpriu um minuto de silêncio pelas vítimas do incêndio que começou em Pedrógão Grande no dia 17 e que provocou 64 mortos.”

----- O Senhor Deputado Municipal *Pedro Beato* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou falar um pouco sobre a Universidade Sénior Rotary de Mirandela, acabou o seu período de trabalho há muito pouco tempo e durante o ano foi-se naturalmente relacionando com um conjunto de atividades e de instituições do concelho o que lhe vai dando uma consistência muito gratificante.

Durante o ano participamos em festas de caráter regional, participamos em relações com Residência Sénior, o Hospital Terra Quente, instituições como a APPACDM de Mirandela, Mircom, Câmara Municipal, participamos em Congressos Mediciniais, em momentos marcantes da vida das comunidades, como por exemplo no Natal, nos Reis e outros, em angariação de bens alimentares, participamos com atividades por exemplo, com os cavaquinhos e grupos de alunos que se integram em outro tipo de atividades.

Angariação de bens alimentares estivemos na televisão, semanas comemorativas, dias de solidariedade, encontros relacionados com saúde, com pobreza, festas tradicionais, campos de relação intergeracionais, tem vindo a ser uma atividade em constante desenvolvimento e articulação com a comunidade.

Na nossa Universidade Sénior Rotary de Mirandela nós temos como espaço mais fácil de perceber em termos de trabalho, técnicas na exploração de ideias e expressão dessas ideias, no campo das manualidades e das artes, temos também a projeção de ideias no campo da culinária, a música e o cavaquinho toda a gente conhece as múltiplas atividades e parcerias que tem vindo a desenvolver.

No campo da saúde temos uma relação com a Clínica de Hemodiálise, também temos a ultrapassagem de barreiras através da administração de línguas como o inglês e conhecer o Município, o património do Município, através de aspetos como as aulas de património.

Terminámos o nosso ano e neste momento falta um retiro de saúde que vai ser projetado 21, 22 e 23 de agosto, falta a apresentação de Contas à Câmara Municipal e aos alunos e falta também a preparação do próximo ano letivo, que vai começar nos próximos dias, quer no campo curricular, quer no campo de gestão corrente, quer no campo regulamentar.

Eu gostava de dizer que no encerramento da Universidade Sénior foi visível a relação que nós temos com uma série de outras instituições e das quais vamos tendo o benefício, por exemplo, nós ocupamos na cidade vários espaços, porque não temos um edifício próprio e nesses espaços por exemplo, trabalhamos na Nuclisol, trabalhamos com a Escola secundária de Mirandela, trabalhamos no Centro Cívico, na área das manualidades, do inglês e do património, trabalhamos na Escola de Hotelaria de Carvalhais na área da alimentação e presentemente e muito recentemente fizemos uma parceria intergeracional extraordinariamente interessante com a Esproarte. É uma formação num contexto de trabalho e no campo de melhorar a nossa componente técnica, esta parceria nós já fizemos algumas intervenções e ensaios, vamos desenvolver todo esse contexto, no sentido de estarmos a trabalhar quer com alunos finalista da Esproarte, quer com o grupo de flautas e foi uma experiência muito interessante.

Nestes tempos mais recentes, tivemos uma série de atividades que só para termos um exemplo, fizemos aulas de encerramento na Escola de Hotelaria, foi um momento muito agradável, partilhado por uma série de alunos, estivemos em Valpaços, estivemos na residência Sénior, fizemos esta parceria com a Esproarte, temos retiros ligados com a saúde, temos tido também um desenvolvimento muito interessante no contexto dos livros, começamos a receber livros publicados na região de Trás-os-Montes e no nordeste incluídos no trabalho da Biblioteca que estamos a desenvolver, estivemos em Vinhais, Bragança, Vila Pouca de Aguiar, Valpaços entre outros, num convívio e numa partilha de conhecimentos com as outras Universidades Sénior do Nordeste, estivemos no Navalho e também foi muito gratificante e tem havido desenvolvimentos no que diz respeito à música, os textos, os arranjos e as adaptações têm sido feitos pelos alunos da Esproarte.

Tem sido um trabalho muito, muito gratificante.

----- O Senhor Vice-Presidente *Rui Magalhães* em substituição do Senhor Presidente *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Universidade Sénior comungo inteiramente com aquilo que foi aqui dito pelo Membro *Pedro Beato*. De facto têm tido uma intervenção muito ativa, muito dinâmica e é bom e acho que é saudável ver aquelas pessoas animadas, motivadas, com vontade de participar e de estarem nos espetáculos.

Relativamente ao que foi dito pelo Membro *António Figueiredo* estou solidário com ele, isto é um problema neste momento infelizmente atual, que merece o apuramento de responsabilidades, depois do que se passou em Pedrógão Grande e em outros concelhos, acho que se deve saber a verdade do a quem doer.

Relativamente ao que foi dito pelo Membro *Faustino Cunha*, antes de tudo agradecer-lhe o facto de ter auditado a qualidade dos transportes em Mirandela, acho que isso é bom, é bom que o cidadão reporte aquilo que no seu entendimento está menos correto, ou aquilo que pode ser melhorado, eu anotei tudo aquilo que nos disse, algumas questões parecem-me até muito pertinentes e se pudermos melhorar os transportes coletivos, penso que toda a gente ficará a ganhar, os utentes, Mirandela e toda a gente.

Há algumas observações que me parecem positivas, eu farei chegar estas observações ao Senhor Presidente da Câmara e ao Vereador responsável por este Pelouro e acredite que a nossa ideia é melhorar e nós só o podemos fazer se tivermos o feedback do cidadão e acho que nós temos privilegiado muito isso, nós queremos que as pessoas nos digam aquilo que pensam, aquilo que precisam, porque há situações que só as pessoas em concreto é que vivenciam e nós se não soubermos dessas necessidades ou desses problemas muitas vezes não conseguimos resolver os problemas.

Relativamente à questão levantada pelo Membro *Paulo Pinto*, que me parece mais complexa, que tem a ver muito com o Pelouro do Senhor Presidente, nós na última Reunião de Câmara falamos também nesta questão, que também nos preocupa e em relação à qual teremos de estar muito atentos, que é a questão da prestação de serviços do Hospital de Mirandela, tem havido alguns desenvolvimentos, sei que o Senhor Presidente da Câmara manifestou a intenção de reunir com o Presidente da ULS Nordeste, Dr. *Carlos Vaz*, isto é muito recente, aconteceu nesta semana, se houve a reunião foi ontem, ainda não tive tempo de conversar com o Senhor Presidente sobre esta questão, mas logo que ele chegue, com certeza que ele vai responder a estas questões que foram colocadas pelo Membro *Paulo Pinto*.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As minhas sentidas desculpas por não ter podido estar presente na abertura desta Sessão, mas Mirandela está com várias atividades em simultâneo, foi agora iniciado o Parque Aventura, hoje à noite a amanhã teremos um espetáculo multimédia, “Luz Tua”, temos amanhã também um batismo de voo com empresários franceses que vêm aqui com os seus aviões, temos o aniversário da Vila de Torre de Dona Chama.

Quanto à Informação era importante olharem para o que tem sido feito e pedir a todos que se associem às atividades que estão programadas.

4.2 - Apreciação do Relatório de Atividades da Comissão Permanente referente ao ano de 2017.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aproveito a oportunidade para dizer que na minha opinião a Comissão Permanente teve um período importante, revelou-se como quase indispensável nas atividades desta Assembleia, visitou Instituições e Coletividades de Mirandela, onde para além do aspeto da cortesia e de manifestar a sua presença, soube acompanhar as suas dificuldades ou até as iniciativas próprias, julgo que o Relatório é suficientemente pormenorizado e circunstanciado e dá uma informação da importância e da indispensabilidade deste tipo de Comissões.

Na minha opinião julgo que esta Assembleia deveria ter além da Comissão Permanente, Comissões especializadas mormente na área da saúde, na área da educação e na área sobretudo da economia e gestão, parece-me que seria importante.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.3 – Proposta de Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 29 de maio de 2017, com o seguinte teor:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Regulamento aqui apresentado tem a ver com o licenciamento para podermos entrar na Rede Nacional de Museus, uma vez que o Museu não estava inserido na Rede nacional de Museus. Este Regulamento foi feito de acordo com a tutela deste organismo para podermos candidatar o Museu à Rede Nacional de Museus.

-----Esta deliberação mereceu da Assembleia Municipal a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Museu Municipal Armindo Teixeira Lopes.

4.4 – Proposta de Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de maio de 2017 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições para o ponto 4.4

----- **A Senhora Deputada Municipal Manuela Gândara (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu começo por fazer um “ato de contrição”, sem ser religioso, é que tenho aqui na minha mão um Regulamento, que esteve em discussão pública e eu com toda a honestidade não o li, não o vi, nem tive conhecimento, poder-me-ão dizer com toda a legitimidade que o devia ter visto, não o vi.

Senhor Presidente é um apelo que faço, se calhar também seria bom que os documentos quando estão em discussão pública fossem divulgados, como recebemos outras informações, recebíamos também esta para podermos ir lá, porque na realidade o tempo que temos não é muito e eu já faço uma grande “ginástica” para dividir e fazer algumas coisas de que gosto e gostaria muito de ter consultado este Regulamento.

O preâmbulo deste documento, é um preâmbulo que está muito abrangente e que pouco ou nada nos diz sobre o *Nuno Nozelos*, ora, sendo ele um transmontano, sendo ele uma pessoa do concelho de Mirandela, nesta parte ele devia ter sido descrito como quem é a pessoa *Nuno Nozelos*, porque se não temos de andar a saber quem ele é, falta-nos esta parte que acho que era importante.

Depois, diz-nos aqui também ainda no preâmbulo que “o presente Regulamento foi objeto de audiência de interessados e de consulta pública”, já tendo eu falado sobre a consulta pública, eu não sei a quem é que se referem na audiência de interessados, interessados no quê? Nas pessoas que podem concorrer? Isso a Câmara não sabe quem é que vai concorrer, quem são os interessados? Os interessados que haja este concurso? Não está claro.

Depois temos no artigo 1.º, no objeto, diz-nos aqui que, “...no intuito de criar e consolidar hábitos de leitura e de escrita...”, mas criar hábitos de leitura e de escrita não está consonante com o artigo 2.º, quando diz condições de admissão, porque concorrem os de maior idade, ora, psicologicamente está provado que não é na maior idade que nós vamos criar hábitos de leitura e de escrita, estamos a ser contraditórios.

E neste mesmo artigo, no artigo 2.º, o texto está um pouco confuso, porque para dizer, “podem concorrer todos os que vivem em Trás-os-Montes”, podemos interpretar isto de formas diferentes. Nós queremos divulgar a nossa terra? Nós queremos divulgar a nossa região? Então não podemos só querer que sejam os que vivem aqui e os que são daqui que escrevam sobre a nossa região ou que concorram para este prémio, porque por exemplo, se eu concorro para uma Câmara de Faro, eu não resido lá, eu não sou de lá mas eu estou a divulgar a terra deles noutra região, eu estou a falar da terra e das mais-valias, este ponto também penso de deveria ser repensado.

O anúncio do concurso no artigo 4.º, o português que está aqui também não é o correto, aqui diz: “o anúncio do concurso de cada edição”, não, “o anúncio de cada edição do concurso”, a nível linguístico as coisas têm de estar corretas, se isto é um concurso de texto e de criação de escrita, temos de ser um pouco mais rigorosos.

No artigo 6.º tema de concurso, “os trabalhos a concurso não estão submetidos a qualquer tema”, ora sendo *Nuno Nozelos* um escritor transmontano, que é isso que nós queremos divulgar, se calhar não era mau pensarmos que o tema teria de ser Trás-os-Montes, se nós só queremos pessoas daqui, que residam ou que tenham nascido, Trás-os-Montes está sempre em evidência, uma forma de divulgar as condições, as capacidades, o que nós temos na nossa terra.

Não me vou pronunciar sobre o valor pecuniário porque de facto para mim isso não é significativo, mas depois temos o artigo 8.º admissibilidade dos trabalhos, diz aqui, “segundo regras específicas aprovadas anualmente”, então quer dizer que as regras todos os anos vão mudando e com que antecedência é que elas são divulgadas, é outra coisa extremamente significativa, porque um conto que pode levar 50 páginas, 50 páginas não se escrevem num “virar de um olho” para terem qualidade, penso que é de pensar muito bem neste assunto.

No artigo 10.º confidencialidade dos concorrentes, este é um ponto muito querido nos concursos de literatura, as coisas têm de ser confidenciais, mas há aqui uma coisa que escrevem, “através de fotocópia do seu bilhete de identidade ou cartão de cidadão” ora sabem que isto não é permitido, não se pode enviar uma fotocópia de um cartão de cidadão.

No artigo 11.º “os trabalhos a concurso”, quantos trabalhos? Não está limitado o número de trabalhos com que cada pessoa pode concorrer, temos de ver as coisas de uma forma muito real.

Os trabalhos que são enviados por correio, não estão devidamente salvaguardados, porque se é enviada uma carta com um pseudónimo, a carta é registada com aviso de receção e tem um pseudónimo, se houver um extravio a carta não pode ser levantada, nem reclamada se o nome que consta na carta não for o que está no bilhete de identidade.

No artigo 15.º constituição do júri, o júri de um concurso literário é sempre dado a conhecer com relativa antecedência e não é o caso, aqui diz, “o júri do prémio literário do conto *Nuno Nozelos* é composto pelo patrono ou quem ele possa indicar”, não nos diz com que antecedência é que é divulgado e também há aqui outra coisa que não foi acautelada, o *Nuno Nozelos* não é uma pessoa eterna e eu presumo que a Câmara de Mirandela esteja agora a iniciar um trabalho que quer perpetuado no tempo e ao ser perpetuado, quando o *Nuno Nozelos* não estiver, quem é que indica? O que é que fica salvaguardado? Como é que são as pessoas que o podem indicar? Mas esta situação tem de estar salvaguardada para um dia que ele não esteja.

Lamento e volto a pedir desculpa, tal como pedi por não ter visto e peço-lhe que o que estiver em discussão pública que seja divulgado.

----- **A Senhora Deputada Municipal Odete Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou repetir aquilo que já foi, a meu ver, muito bem explanado pela Deputada anterior, *Manuela Gândara* e apenas subscrever e chamar a atenção para o seguinte eu que mais ou menos ando por este meio, as pessoas não perdoam que os regulamentos não sejam bastante claros, porque depois fica sempre a suspeição que o processo não é transparente, tive oportunidade de dizer à Senhora Vereadora da Educação e Cultura, que de facto quando foi anunciado este prémio, houve realmente pessoas interessadas, mas de facto é um Regulamento extremamente sucinto e que vai ter de sofrer uma série de regulamentações, que não estão aqui explícitas.

Dir-me-ão que não é fácil e que será feito, o que eu solicitava era que este regulamento acolhesse sugestões, eu também não tive conhecimento da discussão pública, mas até para salvaguarda do nome do Município,

No artigo 11.º diz, “os trabalhos a concurso podem ser enviados via postal”, o que se deduz que podem ser entregues em mão e neste caso haverá um registo de receção dessa obra a concurso.

Isto não é nenhuma crítica ao Regulamento, nem ao prémio, mas tudo aquilo que foi dito pela colega é extremamente pertinente, não é fácil, os critérios de uma maneira geral deviam estar expressos, ser restrito à região de Trás-os-Montes e Alto Douro não tem lógica, devia ser aberto a nível nacional, o número de pessoas de júri é muito escasso, 50 páginas a meu ver são muitas, para mim um conto deve ter menos páginas.

Resumindo, todas as achegas que foram aqui ditas, pela minha colega anteriormente e que eu reforcei agora algumas, são pertinentes, caberá ao Executivo acolhê-las ou não.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de dizer que a nossa maior dificuldade tem sido arranjar concorrentes, não é fácil arranjar concorrentes, ou o valor é baixo, ou as pessoas que escrevem preferem fazê-lo de outra forma.

Este Prémio Nuno Nozelos foi lançado há dois anos e na altura foi feito com uma configuração que nós achávamos que legalmente era adequada, que era a configuração de Proposta Municipal, isto é, sendo um regulamento que não tinha implicações do ponto de vista económico significativas e que era essencialmente de regulamento interno, ele foi implementado com base neste regulamento de forma municipal apenas.

Entretanto internamente foi decidido, do ponto de vista da ponderação, que era fundamental que o regulamento que titula este Prémio fosse enquadrado no princípio de regulamento municipal e naturalmente aprovado pela Assembleia Municipal.

Nesse sentido, o que apresentamos é basicamente a transcrição do outro regulamento e assumo em primeiro lugar que a discussão pública dos documentos tem sido publicitada no *site* da Câmara Municipal, considero a sugestão bastante pertinente, enviamos tantos mails aos Membros da Assembleia Municipal, porque não enviar este também, vamos inserir essa proposta da Deputada Manuela Gândara, no futuro neste tipo de situações e porque acho que é uma boa sugestão, os primeiros interessados são os membros da Assembleia Municipal.

O que eu sugiro e não colocando em causa a realização do concurso e tendo em conta estas sugestões que aqui foram colocadas, o regulamento continuaria e as sugestões que aqui foram apresentadas ou mais algumas que queiram apresentar, solicitava, para lá do que foi aqui dito e registado, que nos enviassem devidamente anotado, ao cuidado da Senhora Vereadora ou do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais que nós iniciamos um processo de alteração ao regulamento, garantindo que será partilhado antes de ser colocado novamente aqui a debate.

-----Esta deliberação mereceu da Assembleia Municipal a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, duas abstenções (uma do membro do PS e uma do membro do CDS/PP) e 34 votos a favor, aprovar a Proposta de Regulamento do Prémio Literário do Conto Nuno Nozelos do Município de Mirandela.

4.5 – Proposta de Classificação da Gastronomia dos Produtos Ligados à Alimentação como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal em Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 maio de 2017 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Classificação da Gastronomia e dos Produtos Ligados à Alimentação como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal em Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estão abertas as inscrições para o ponto 4.5

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É interessante a Proposta de Classificação da Gastronomia e dos Produtos Ligados à Alimentação em termos de património, este património é um património cultural intangível, há o património cultural tangível e intangível, intangível tem a ver com a gastronomia, tem a ver com os nossos costumes, com as nossas tradições, o tangível tem a ver com os artefactos e também era uma situação que seria determinante e seria importante que o Senhor Presidente trouxesse aqui uma proposta para a Serra dos Passos, como património natural, eu por acaso conheço a Serra dos Passos e a Serra dos Passos tem situações de interesse, que deviam ser preservados.

Em relação ao património cultural intangível, que aqui apresenta aqui apresentada à Assembleia Municipal, eu concordo plenamente porque nós temos um património gastronómico muito vasto, posso dizer isso com toda a coerência, porque eu faço muitas memórias descritivas para turismo de habitação, para agroturismo, para determinadas situações que há um ponto importante que tem a ver com a gastronomia e verifica-se que há uma gastronomia diversificada no nosso concelho realmente de grande qualidade, as pessoas é que não estão habituadas talvez, a verificar isso.

Estou a falar de Passos, Romeu, Barcel, vale de Gouvinhas, projetos que eu tenho feito e que fala-se obrigatoriamente, tem de se falar obrigatoriamente na candidatura, na gastronomia local, a nível do concelho e portanto, acho isto deveras significativo e importante para o nosso concelho.

Outra situação que também é importante aqui realçar, não só da gastronomia no plano intangível, que tem a ver com o nosso património e o património cultural intangível foi numa Conferência de Nairobi, em que a Unesco propôs a gastronomia como Património Mundial, há gastronomia como Património Mundial e aqui está-se a dar um primeiro passo, é evidente que isto para chegar à Unesco era uma situação de longos passos, de longos anos, não sei se será ou não esse o interesse.

Deixo aqui os meus parabéns à Câmara Municipal por se lembrar mais uma vez desta metodologia e deste processo e deste mérito que tem em colocar o nosso concelho, a nossa cidade, à vista dos nossos turistas que diariamente procuram Mirandela como um interesse, a visitarem a nossa terra e a dizerem que vale a pena vir a Mirandela.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na sequência da intervenção anterior, queria lembrar que e sem tirar o mérito à Câmara Municipal, por ter apresentado e apadrinhado esta iniciativa, que esta iniciativa vem na sequência de um pedido formulado ao Município por algumas entidades. De qualquer forma, eu julgo que vêm mais coisas posteriormente e se calhar as minhas perguntas não têm sentido, quem classifica? A que pedido? As penalizações por uso indevido? Isto deve ser um processo muito complexo, porque não é qualquer entidade que chega lá e diz que tem a marca aprovada na Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Congratulo-me com tudo que seja para elevar o património, seja cultural, seja material, seja o que for e congratulo-me também que a Serra seja elevada a qualquer tipo de património, agora eu garanto aqui uma coisa; é que eu fui eleito pela União das Freguesias de Franco e Vila Boa, anteriormente pelo Franco e uma coisa garanto, podem propor as elevações todas que quiserem, mas eu nunca ouvi desde que sou adulto, nunca ouvi falar da Serra dos Passos como sendo a Serra que vai desde Mirandela ou Suções até ao concelho de Murça, eu nunca ouvi esses nomes, só aqui na Assembleia Municipal é que eu ouço e não sei por que razão, ainda não consegui descortinar qual é o motivo de querer chamar a Serra dos Passos desde Suções até aos Palheiros, isto não sei se vai ou não ser definitivo, uma coisa eu garanto, se eu tiver responsabilidade nesse processo ou em qualquer tipo de processo a propósito da Serra, em que tenha lá o nome Serra dos Passos, posso garantir que nunca terá a minha aprovação.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vivo aqui há 60 anos e sempre ouvi dizer que “ali fica a Serra dos Passos” e eu fiquei com esse nome, mas o Senhor tem toda a razão, não é a Serra dos Passos, aquilo é uma Cordilheira, tem toda a razão.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de fazer a minha intervenção e talvez porque será a minha última intervenção neste mandato, deixo desde já os meus cumprimentos a todos os colegas, que fizemos parte durante este trabalho, aos que ficam e aos que deixarão de ficar connosco.

Em relação a esta Proposta e concordando plenamente com o Membro António Figueiredo, porque de facto cruzamos os nossos trabalhos em algumas áreas, concordo plenamente com a elevação e esta Proposta, no entanto apenas referia e deixava como anotação, se assim o entenderem, que a *Classificação da Gastronomia e dos Produtos Ligados à Alimentação*, parece-me que é um pouco um pleonasma, isto é, se já são da gastronomia eles já estão ligados à alimentação, então eu propunha, na minha modesta forma de ver, que poderia ser uma *Classificação da Gastronomia dos Produtos Locais como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal para Mirandela*.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que está aqui em causa é um conceito que nós temos vindo a desenvolver na região de classificação daquilo que é considerado o nosso património, num conceito de classificação internacional. Nós tivemos a oportunidade de participar num projeto de extremamente importante e que neste momento está vigente, felizmente está a funcionar bem, que é a Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica, que neste momento está classificada como património da Unesco, Património Mundial da Unesco.

Este processo é exatamente a mesma coisa, é o início do processo de classificação do património gastronómico da nossa região, não é de Mirandela, como património imaterial da Unesco, é isso que está em causa neste momento.

Para que este processo decorra, houve um processo de lançamento, o “patrono”, a pessoa que estava à frente deste processo foi o Professor Doutor Adriano Moreira que é a personalidade que irá representar, com mais um conjunto de personalidades, que irão ser de certa forma as pessoas que irão acompanhar este processo, mas houve um processo de lançamento em que os Municípios da região se uniram, neste momento isto está a ser mais coordenado entre CIM’s, mas que se uniram na perspetiva de lançar a classificação do património gastronómico, essencialmente da nossa região a Património Mundial da Unesco. Para isso é necessário um conjunto de procedimentos, um conjunto de processos. Um dos processos é o de classificarmos nós como património municipal e depois da classificação como património municipal, passará a um processo bastante longo, difícil, com várias fases de classificação, não é um processo fácil e felizmente que é um processo conjunto da região, isto é, nós não vamos classificar em específico alguns, há um conceito que está em conjunto. Este é o primeiro passo.

Este é um processo interessante e importante, a região necessita desta valorização, nós gostamos muitas das vezes afirmar a nossa diferença, mas este é um elemento de classificação interessante para o território.

-----Esta deliberação mereceu da Assembleia Municipal a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *Classificação da Gastronomia e dos Produtos Ligados à Alimentação como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal em Mirandela*.

4.6 – Aprovação da 3.ª Revisão Orçamental 2017.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 26 de junho de 2017 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a 3.ª Revisão Orçamental de 2017, elaborada para inclusão dos projetos designados por Valorizar – Ecopista do Tua e Porta de Entrada do Vale do Tua bem como para reforço de diversas rubricas;**
- 2 – Submeter o referido documento à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**
Estão abertas as inscrições para o ponto 4.6

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Revisão Orçamental foi aprovada por unanimidade, conforme foi proposto pela própria Câmara Municipal, em relação à Valorização da Ecopista do Tua e Porta de Entrada do Vale do Tua, mas há aqui uma situação, não em relação à Proposta, que no meu entender está correta, mas em relação a outras situações que se têm passado e que eu aqui não posso deixar passar em claro.

Já dizia um mirandense: “Para se ser bom Presidente de Câmara tem de ter provas dadas, sendo que a verticalidade e a postura são as doses necessárias para a sua comunidade de que vai ser eleito”, eu falo nisto numa situação em que havia uma Lei de Compromissos e o Senhor Presidente da Câmara dizia que “aquele traço no quadro de barras apresentado, não podiam andar no vermelho, tinha de andar sempre no verde” e por meu espanto peguei num jornal e vi que a Câmara Municipal de Mirandela é das mais demoradas a pagar a fornecedores, eu fiquei parvo com isto, completamente parvo, parvo porquê? Porque e diz a notícia: “no barómetro trimestral da Direção Geral das Autarquias Locais, desta vez relativo ao final do primeiro trimestre deste ano, as Câmaras de Mirandela e Freixo de Espada à Cinta, são as únicas do distrito de Bragança que figuram na lista dos 41 do país com um prazo médio de pagamento superior a 60 dias”, é verdade que o documento da DGAL tem no 3.º trimestre 204 dias, mas esses 204 dias, as Câmaras que estão aqui e eu olho para o documento da DGAL, não vejo Lisboa, não vejo Porto e vou ver a outro universo das outras Câmaras e olho para o documento e vejo que 76 Câmaras e que vem aqui no documento 70 Câmaras, não estão lá!

Quer dizer, aqui o Presidente é transparente, o que eu digo aqui é a verdade nua e crua, só não vê quem não quer.

Depois vem uma Senhora dizer no Mensageiro de Bragança, a 30 de maio de 2017: “A Câmara de Mirandela na lista das piores pagadoras a fornecedores do país, 204 dias, felizmente há outro caminho”, mas que caminho é que há a final?! O Presidente se quisesse não era transparente e em vez de terem 76 eram 77, já não dava azo a que ela dissesse isto do Presidente, por isso e eu acho que este Presidente é um Presidente sincero, transparente, lúcido, não está aqui a guardar nada para ninguém, não tem jogos obscuros, é leal, as pessoas é que não se convencem disso.

Eu digo mais uma coisa, este homem que dizia isto era do Partido Comunista, que era o meu pai, um alfaiate, ele dizia-me isto e este presidente de Câmara faz isso, eu revejo-me nele. Podem dizer que estou a fazer campanha, lá vou receber vários e-mails a dizer: “passa na Assembleia Municipal um arquiteto falido que faz campanha pelo Presidente”, já me disseram isso, indivíduos que faziam parte da lista e que agora já não fazem parte da lista e eu fico na minha e continuo a lutar por este Presidente, esta é a minha verdade.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, já dizia Aristóteles: “A grandeza não consiste em receber honras...”, este Presidente não recebe honras, “mas em merecê-las” e este Presidente merece-as, pela sua tenacidade, pela sua experiência e pelo caráter e o nosso caráter é o resultado da nossa conduta, mas mais, mas a Senhora Deputada do “outro caminho” devia ver que o Estado Português é o 2.º na Europa que mais tempo demora a pagar, quem está à frente? A Grécia, mas isto não dizem, deviam também dizer isto, “demora a pagar as suas faturas, segundo a consultora Intrum Justitia, o relatório conclui que a Grécia é o Estado onde os atrasos no setor público são superiores (103 dias), seguindo-se Portugal e Itália (com 95 dias), em relação ao setor empresarial, o estudo conclui que os atrasos de pagamento impedem o crescimento das empresas portuguesas, com 58% dos inquiridos a apontarem esta situação, como uma das mais graves consequências.”, porque é que o “outro caminho” não disse isto?

-----Esta deliberação mereceu da Assembleia Municipal a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a 3.ª Revisão Orçamental de 2017, elaborada para inclusão dos projetos designados por Valorizar – Ecopista do Tua e Porta de Entrada do Vale do Tua bem como para reforço de diversas rubricas.

4.7 – Prestação de Contas Consolidada – 2016 – Agro-Industrial do Nordeste E.I.M., S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 26 de junho de 2017 que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2016 – Agro-Industrial do Nordeste E.I.M., S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.;**

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**
Estão abertas as inscrições para o ponto 4.7

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos perante um assunto que merece a nossa reflexão, em síntese vejamos apenas alguns aspetos, AIN, uma situação complexa não só do ponto de vista patrimonial, mas grave no ambiental, sendo certo que mais dia, menos dia só restará o terreno, esse não deve desaparecer, a verdade é que os acidentes já ocorridos e os que poderão ocorrer são muito elevados, para que se possa passar por eles não lhes ligando importância.

Um Matadouro Industrial a laborar naquele contexto e em que condições e reparem, que a avaliação dos Auditores ao referirem a insuficiência de provisões, a sobreavaliação dos fundos próprios e subavaliação do passivo referindo ainda, passo a transcrever, “o risco de não detetarem uma distorção material devido a fraude, é maior que o devido a erro”.

No que respeita ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela merece outra abordagem, que passo a transcrever, “estão criadas as condições para concretizar a dissolução do Metropolitano Ligeiro de Mirandela muito rapidamente”, a confusão ou integração dos serviços prestados pelos autocarros é complexa, na minha intervenção anterior falei da situação do transporte rodoviário, observemos financeiramente a contratação de dois motoristas, o custo de manutenção do serviço e uma receita anual estimada pelos Auditores em 30 mil euros, 83 euros por dia, daí que a minha intervenção anterior falasse no sentido positivo de incrementar, de incentivar o desenvolvimento deste serviço, não de o suprimir, mas de forma profissional, correta e responsável.

Sobre a importância deste serviço, a sua avaliação crítica já vos falei, um serviço ferroviário entre o Terminal Rodoviário e Carvalhais praticamente sem passageiros, embora amortizado e moribundo, pode vir a causar prejuízos graves, não falando sequer na situação judicial, ao que parece dos trabalhadores que estão a querer reivindicar indemnizações por encerramento do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, que julgo poderia ser resolvida com a integração desses trabalhadores na Câmara Municipal de Mirandela.

Senhor Presidente, à luz dos poderes e deveres desta Assembleia, a pergunta fica, que fazer? Temos conhecimento, não podemos dizer que não conhecemos.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu às vezes fico surpreendido e fico surpreendido negativamente e isso é algo que me penaliza, porque quando fico surpreendido positivamente é uma alegria, quando fico surpreendido negativamente é uma tristeza. Neste caso fiquei surpreendido negativamente, porque eu estava à espera que alguém viesse aqui e dissesse que em quase 20 anos a AIN nunca tinha tido resultados positivos e teve-os pela primeira vez, era isto que eu esperava.

Apresentamos resultados positivos com um esforço imenso e com imensas dificuldades. A própria Câmara Municipal tem vindo solidariamente a garantir também que a AIN tenha um percurso de estabilidade.

Se houver um interessado estou disposto a alienar, se eu começar a apresentar Relatórios como o que apresentamos este ano, podemos dizer que temos resultados operacionais positivos, temos resultados líquidos positivos, temos acordos feitos a longo prazo com a Banca para podermos estabilizar financeiramente temos um matadouro que necessita de investimento, mas que neste momento é a única unidade que está a crescer na região, infelizmente não crescemos mais porque estaríamos na altura de investir e se tivéssemos capacidade para investir neste momento, transformávamos aquela unidade numa unidade diferente, mas não é a função da Câmara Municipal. A função da Câmara Municipal era vender, lançar para o privado.

Por isso eu fico surpreendido com algumas insinuações respeitantes ao Cachão, porque num ano em que conseguimos dar a volta aos resultados, vir aqui levantar questões, é evidente que temos questões complicadas, no limite quem financiou o Matadouro durante os últimos anos foi a AIN, que teve de o fazer, é evidente que este processo não é um processo de todo correto, porque o principal acionista do matadouro é a AIN a 100 % e nós sabemos isso, mas nós pegamos neste assunto e já agora também, a primeira coisa que fizemos foi fazer uma auditoria e temo-la em nosso poder e sabemos tudo o que aconteceu no Cachão nos últimos anos e esta disponível para quem quiser consultar.

Sabemos que o caminho que estamos a fazer nesta recuperação tem sido significativo, principalmente para aquilo que é o setor pecuário da nossa região, se fecharmos o Matadouro do Cachão é um grande prejuízo para a região, não há na região resposta e todo o abate passa a ir para Penafiel ou para Alcains, porque na região não há quem consiga fazer aquilo que nós fazemos. Por isso surpreende-me que nesta Consolidação não se veja aquilo que está a ser feito, principalmente este ano que apresentamos resultados positivos quer na AIN, quer no Matadouro.

Em relação ao Metropolitano de Mirandela, é mais uma das situações que é necessário entender, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela é uma empresa municipal. Sendo uma empresa municipal existe um enquadramento legal; a existir um processo de liquidação, existem um conjunto de regras que a Câmara Municipal terá de cumprir e o outro acionista também, desde logo uma das regras é internalização dos funcionários, ou indemnização conforme eles desejem, a Lei diz isto, é uma decisão do trabalhador.

Mas porque é que neste momento não foi feito ainda um processo de liquidação? Se lerem os Relatórios dos últimos 3 anos - há 3 anos que andamos a dizer o mesmo- o Metropolitano Ligeiro de Mirandela vai ser reformulado e o nosso objetivo será um processo de liquidação que passe pela internalização dos serviços de transportes urbanos na Câmara Municipal e pela extinção ou liquidação da empresa, nos termos que sejam mais adequados. Infelizmente no dia de hoje circula uma locomotiva de Mirandela até ao Cachão e um táxi de Mirandela até ao Tua que é pago pelo Metropolitano Ligeiro de Mirandela, até ao dia de hoje o Estado ainda não nos fez qualquer transferência.

Já era para ter começado em janeiro o transporte da mobilidade quotidiana do Vale do Tua, depois em junho e até agora nada! Quem está a suportar estes custos? É o Metropolitano Ligeiro de Mirandela e nós no fundo estamos aqui a servir de “moleta” a um processo que não é nosso, porque o que foi feito durante vários anos, foi prestação de serviços entre Mirandela/Cachão ou Mirandela/Tua quando esse percurso existia e eramos pagos por isso, neste momento não somos, isso penalizamos e penaliza a nossa atividade

Nós apresentamos aqui a Consolidação com duas empresas problemáticas, mas nenhuma delas, neste momento, condiciona a Câmara Municipal e qualquer uma delas. O Metropolitano Ligeiro de Mirandela faz um papel para a sociedade de Mirandela extraordinário e a AIN via Matadouro, também desempenha um papel importante para a região- não há nenhum Matadouro na região com a nossa capacidade. Eu desafio a olharem para o Relatório de Atividades e verem qual é o regime de abates e qual é o crescimento de abates.

----- **O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha (CDS/PP)* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para dizer que agradeço ao Senhor Presidente do Executivo as palavras que apresentou e que os textos não são contraditórios, são complementares, coloquei a questão e terminam da mesma forma que o Senhor Presidente terminou, a pergunta: que fazer?

-----Esta deliberação mereceu da Assembleia Municipal a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Prestação de Contas Consolidada – 2016 – Agro-Industrial do Nordeste E.L.M., S.A. e Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Estão abertas as inscrições para o ponto 5.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Faustino Cunha (CDS/PP)* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho uma vez mais apelar a todas V.^{as} Ex.^{as} para o assunto que venho apresentar desde a Assembleia de 26 de fevereiro de 2010, a falta de mobilidade interna no concelho de Mirandela. Estamos perante o fim de um mandato e não sabendo se no próximo estarei de novo aqui para o prosseguir, quero insistir no sentido que seja inscrito nas vossas consciências, como importante e digno da missão que pelo voto vos foi confiada.

Longe do tempo de ter tornado o tema irrelevante, antes pelo contrário, veio torná-lo imprescindível, os acontecimentos da semana passada na região centro vieram a tornar evidente o isolamento das populações residentes no interior, não vos falo com mágoa por não me terdes escutado, mas o conforto de saber que os eleitores terão que acordar e exigir medidas na solução desta problemática.

Hoje não são apenas os concelhos do interior a encarar a situação, mas também os densamente povoados, para vossa informação e basta consultar o sítio da Câmara Municipal de Oeiras, Projeto Rotas, e tereis conhecimento de um serviço ainda experimental, iniciado agora em junho, criado para a pedido transportar populações carenciadas, para as suas deslocações no interior do concelho.

Vou apenas citar alguns dos pontos e diz: “Este projeto inscreve-se na política social camarária de apoio às populações em situação de maior fragilidade e considerada a mobilidade como um direito essencial dos cidadãos”, “o serviço é assegurado por uma viatura especialmente adaptada, para o transporte de pessoas com mobilidade condicionada, com lotação de nove lugares e inclui a capacidade de transportar até uma cadeira de rodas”, “destina-se a possibilitar deslocações inerentes à vida quotidiana, como centros de saúde ou hospitais, farmácias ou correios, assim como outros percursos que promovam a integração da autonomia, como ir às compras, ou visitar um amigo dentro do território de Oeiras”.

Sei que defendo uma causa justa, pelo que enquanto puder, não me calarei no sentido de incentivar a sua criação.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita (PSD)* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago aqui três temas distintos, o primeiro é para mostrar o contentamento com o Regulamento do Concurso do Prémio do Conto de *Nuno Nozelos* e para dizer que concordo com a observação feita pela Deputada *Manuela Gândara*, quando diz que o concurso deve ser de âmbito nacional e não de âmbito regional, quanto ao aspeto do incentivo à leitura e à escrita, penso que não deve ter razão, porque presumo que o Regulamento se quer referir aos leitores, não aos concorrentes, obviamente que os concorrentes não é preciso incentivá-los a ler nem a escrever, porque esses estão habituados com certeza a fazê-lo. Incentivar a leitura para os leitores e aí os menores também podem e devem ler todos os contos que forem submetidos s concurso.

O segundo tema, prende-se com o Colégio de Torre de Dona Chama e trago aqui este tema hoje porque chegou ao meu conhecimento, que alguns Membros desta Assembleia andam por aí dizendo que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, nada têm feito para salvar o Colégio de Torre de Dona Chama, para evitar que o Colégio feche.

Para além de não ser verdade, eu lembro a quem está distraído que quer a Câmara Municipal, quer a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, tomaram posição sobre o assunto há três, há dois anos e no ano corrente e fizeram-no não por razões eleitoralistas, porque há três anos não havia eleições, há dois também não, mas este ano há e tomaram a posição certa, no local certo, propuseram Moções que apresentaram em favor da manutenção do Colégio e que enviaram para as Instituições que devem tomar uma decisão sobre este assunto, para a Assembleia da República, para o Ministério, para o Senhor Primeiro-Ministro, para vários sítios.

Todos os apoios, todo o interesse por este assunto é bem-vindo, mas façamo-lo com empenhamento e com alguma dignidade, porque eu penso que todos queremos que o ensino se mantenha na Torre de Dona Chama e tem havido ensino durante todos estes anos em sistema de complementaridade e não de concorrência, a escola Pública e o Colégio oferecem a escolaridade obrigatória em regime de complementaridade e o que nós queremos é que esse sistema e esse ensino se mantenha na Torre de Dona Chama, portanto vamos todos, com esse sentido de dignidade e empenhamento, esforçarmo-nos para que isso se mantenha.

Quero também dizer que, se os problemas se resolvessem pelo tamanho dos cartazes que nós fixamos, isso era uma maravilha.

O terceiro assunto prende-se com os acontecimentos que vão ter lugar no próximo fim-de-semana, que são as Comemorações do 28.º Aniversário de Elevação a Vila, este ano estas comemorações têm por tema principal o património cultural, nomeadamente o património imaterial e gostaria muito de vos ter a todos na Torre de Dona Chama para em conjunto celebrarmos essa data.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu li a entrevista que o Senhor Presidente da Câmara deu ao jornal Mensageiro de Bragança, que tem por título, “Com os Pés Assentes na Terra”, iniciou a sua entrevista e diz assim: “A sabedoria popular ensina-nos que os problemas se resolvem um de cada vez” e eu concordo com isto e eu lembrei-me de um Filósofo que muito aprecio e que leio bastante, que diz também, “não se pode criar experiência. É preciso passar por ela”, *Albert Camus*, é uma situação que também eu aqui me revejo, em relação aquilo que o Senhor Presidente falou no Mensageiro de Bragança, em que nos últimos anos foi resolvendo gradualmente todos os problemas do nosso concelho e há muitos ainda para resolver, isto é um caminho a percorrer, faltam outros problemas, conforme diz, desde logo as entradas e aquilo que o Senhor *Faustino Cunha* veio aqui referenciar para o meio rural, que já esta Câmara começou a reabilitar, para ter um acesso a norte de Mirandela, que já está também em curso.

A reabilitação do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, neste conjunto de intervenções, também merecem destaque aquilo que se falou ao longo destes vários anos aqui nesta Assembleia, as instalações do Ensino Superior, as escolas que estão a iniciar a reabilitação, nomeadamente a Escola Secundária, os jovens e as jovens de Mirandela que exigem instalações dignas e não podemos perder mais tempo a discutir de quem é a responsabilidade, é mais um problema e vai ser resolvido, eu acredito no Senhor Presidente, neste percurso é necessário também ter a capacidade de reagir e eu sei que é capaz também de reagir e de fazer, que isso é o mais importante, tendo essa postura e essa dignidade e essa metodologia projetual de criar processos jurídicos e assim criar novas metas para o nosso concelho e para a nossa região.

Mirandela é um concelho vital na região e terá de se posicionar como isso, também de referir o edifício do Instituto Piaget, que a curto prazo irá receber os alunos das Escolas que vão estar em reabilitação, udo isto é determinante para uma nova centralidade urbanística e quando falo em centralidade urbanística, eu já aqui mencionei diversas vezes isto e o Senhor Presidente por acaso falou aqui nisto, já no tempo do Dr. *José Gama* eu falava nisto, que é o corredor urbano da Reginorde/Parque do Império, criando um edifício de serviços, que eventualmente poderia ser a Câmara Municipal de Mirandela, mas também se resolveram outros problemas, pois a Câmara Municipal cedeu o terreno onde foi construído este edifício, que depois adquiriu e que veio aqui à Assembleia Municipal e nos últimos dois anos e meio e com a pressão de também estar em percurso o Plano de Mobilidade do Vale do Tua, desenvolveu esta Câmara inúmeros contactos e esforços, assistindo de forma desolada à degradação do edifício da Estação de Caminhos-de-ferro, eu li também que o “Outro Caminho” não concorda com a posição do Senhor Presidente, mas eu também desconheço a posição do Senhor Presidente, para o “Outro Caminho” o edifício da Estação de Caminhos-de-ferro era tipo um edifício multimédia, o “Outro Caminho” diz que o Senhor Presidente quer um hotel de luxo, Gourmet, de cinco estrelas, não sei, isso não faço um comentário acerca disso e também cabe-me aqui referenciar um outra nota, que é uma plataforma logística regional dos CTT, que vem para Mirandela e que vem criar emprego, vem criar uma situação estratégica para o desenvolvimento da nossa terra. Isto é fazer, isto é criar emprego, isto é mérito das pessoas que estão à frente da Câmara Municipal de Mirandela.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Membro *Faustino Cunha* refere que a população de Vale de Gouvinhas não vêm à piscina e não usufruem do serviço, é só para esclarecer que a Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas já por duas vezes colocou dois Editais nos sítios habituais, para que as pessoas que quisessem frequentar a piscina se inscrevessem para podermos articular com o Município o transporte delas, mas ninguém o fez. Só por essa razão é que a população de Vale de Gouvinhas não vem.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mirandela vai ser palco de um Percurso Imersivo de Multimédia, que vai permitir aos espetadores ver a cidade de uma forma totalmente diferente, de 30 de junho a 01 de julho das 21:00 horas. às 00:30 horas., um conjunto de experiências multimédia

“Oculo”, tem lugar num percurso de entrada livre pelas ruas da cidade, proporcionam ao público projeções de luzes históricas, performances luminosas, instalações interativas, inovadoras e criativas, uma iniciativa da Câmara Municipal de Mirandela, que pretende proporcionar uma visão sobre a cidade do seu património arquitetónico.

Gostaria que os Senhores Membros vissem isto porque isto é mesmo uma coisa excepcional.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão do Centro Hospitalar de Mirandela que foi colocada no período Antes da Ordem do Dia, uma vez que não estava presente vou agora responder. No dia 05 de junho de 2017, foi feita uma alteração à Lei do Orçamento Geral do Estado e no seu artigo 55.º, nomeadamente na alínea 4, diz algo semelhante a isto: “os custos com os profissionais de saúde externos das unidades de saúde nacionais têm de ser reduzidos em 35 %, sob pena de penalização às administrações e outros”, isso teria de ocorrer no trimestre imediatamente a seguir à publicação, o que significa que a partir do fim deste trimestre, feitas as contas de quanto é que são os custos com os profissionais de saúde externos, por exemplo da ULS do Nordeste, teriam de ser reduzidos em 35 %.

Isto é preocupante porque a Urgência de Mirandela, como todos sabem, vive essencialmente de profissionais médicos externos, ao contrário do que acontece por exemplo em Bragança, quando falamos de um corte de 35 % de custos diretos com profissionais médicos, quando agora foi lançado um processo de captar médicos, recorrendo a incentivos de 1.000,00 €/mês e vieram cinco para a nossa região, que é manifestamente reduzido, não obstante essas circunstâncias isto provoca um problema de nítida preocupação em relação à Unidade Hospitalar de Mirandela.

A verdade é que a Unidade Hospitalar de Mirandela vive muito desse tipo de serviços e temos tido algumas dificuldades, nesse sentido e considerando essa preocupação, tive a oportunidade de contactar o Senhor Presidente do Conselho de Administração da ULS do Nordeste, desde logo manifestando a minha preocupação e solicitando os necessários esclarecimentos.

Tive uma reunião com o Senhor Presidente do Conselho de Administração nesta quarta-feira e foi-me transmitido que seria ou foi publicado um Despacho de exceção para a nossa e outra unidade, admito que esse Despacho de exceção venha limitar este problema, vou acreditar que os dados que me foram transmitidos são dados corretos e concretos, mas continuo preocupado, porque temos de entender que a nossa área é sempre a área mais prejudicada quando se trata de custos, tivemos o problema da capitação que foi melhorada mas ainda não é suficiente para a nossa região, em que nós tínhamos a capitação mais baixa do país, com diferenças de cerca de 50,00 € em relação ao Alentejo interior, que é uma região semelhante à nossa e cada corte de custos provoca alguns constrangimentos, por isso, neste momento aquilo que foi transmitido ao Senhor Presidente da ULS do Nordeste é que Mirandela não admite redução de valências, não admite redução das capacidades da Urgência Médico-cirúrgica, até porque esteve aqui um Senhor Secretário de Estado, que veio aqui inaugurar as obras da Urgência e que disse claramente que a Urgência de Mirandela era para manter nas condições Médico-cirúrgicas, as condições Médico-cirúrgicas são aquelas que constam do Protocolo, neste momento não estão a ser implementadas na nossa Urgência, é preciso ter isto em atenção, a nossa Urgência fecha à meia-noite do ponto de vista Médico-cirúrgico, isto não é admissível, admite-se que há dificuldade com a captação de médicos anestesistas, mas continuamos à espera que esses médicos anestesistas apareçam, sabemos das dificuldades.

Por isso eu acho que é necessário estarmos vigilantes, estarmos atentos, mas também unidos em torno da defesa, porque neste caso esta determinação que existiu não foi uma determinação feita localmente, mas foi uma determinação feita a nível nacional.

O que me deixa surpreendido é como é que é possível fazer uma coisa destas, primeiro publicar o Despacho, primeiro publicar as determinações e depois a seguir é que vimos com a exceção. Há uma preocupação, é preciso estarmos atentos e vigilantes e principalmente atentos e vigilantes à questão dos 35 %, porque para todos os efeitos a redução dos 35 % constam do Decreto-Lei do Orçamento, enquanto que os Despachos são relativos porque vêm do Gabinete do Senhor Ministro, são coisas diferentes. Eu estarei à espera para verificar se efetivamente a redução se traduziu em nada ou se a redução teve algum impacto. Vou confiar na palavra que me foi transmitida.

Em relação ao que foi dito pelo Membro *Faustino Cunha*, eu quero dizer-lhe que, uma viatura em Oeiras?! é quase ridículo. Em Mirandela existem duas viaturas que vão buscar idosos para virem à piscina, todos os dias da semana, mas há aqui uma questão que é pertinente; a sua questão é totalmente pertinente, mas é preciso também ser justo, só há cerca de um ano é que foi quebrado este “enguiço”, porque até há um ano atrás as Câmaras Municipais não o podiam fazer. Durante anos a Lei determinava que onde existissem circuitos escolares legais, mesmo que não funcionassem, era proibido fazer esses transportes.

De qualquer forma, não pense por um minuto que a sua preocupação não é uma preocupação que deva ser reiterada, manifestada e julgo mesmo apresentada, estou completamente de acordo, quantas vezes falar nela estarei sempre do seu lado, felizmente houve um Governo que alterou a Lei.

Em relação ao Colégio da Torre de Dona Chama há um ano atrás, em 26 de maio de 2016, quem falou para a televisão, quem apareceu em público fui eu. Fui eu que dei a cara, fui eu que fui a Lisboa falar com a Senhora Secretária de Estado por causa desta situação. Dia 16 de maio de 2016 a Câmara Municipal aprovou uma Moção defendendo o Colégio de Torre de Dona Chama, por isso não pode ninguém afirmar que não houve apoio político, há aqui uma decisão política, que houve exceções que nós sabemos, por exemplo em Lisboa, no Porto, aqui não houve exceções, nem para o Colégio de Torre de Dona Chama, nem para o Colégio de Balsemão e a questão que está aqui é uma questão política que foi afirmada por alguém que disse que, “nós não queremos que isto continue” e não é a Câmara Municipal e querer aproveitar isto politicamente, é indecente e fragiliza a luta, porque quando queremos aproveitar politicamente estas situações fragiliza a luta, por isso quem neste momento está a querer transformar esta questão numa questão político-partidária está a fragilizar a luta, há um ano atrás ninguém colocou a questão política na defesa do Colégio de Torre de Dona Chama, colocar hoje a questão política é fragilizar e é aproveitamento e eu isso não admito.

Nós fizemos o que devia ser feito, reuni com a Tutela, foi feita uma manifestação conjunta com o Secretária de Estado, foram feitas reuniões com várias instituições, por isso é preciso lutar para que isto aconteça, não se compreende porque é que acontece, mas a verdade é que querer transformar isto numa guerra política não é correto e nesse sentido é preciso saber o que



foi feito e estamos aqui para saber quem fez, quando e onde é que andavam certas pessoas que hoje aparecem aí a dizer que estão muito preocupadas, mas onde é que estavam há um ano? Porque isto não começou agora! Isto começou há um ano atrás quando foi determinado que iriam encerrar e continuaremos a lutar, porque se alguém lutou sempre para manter essas valências fomos nós e temos de ser nós e no momento que seja necessário temos de lá estar todos, porque se estivermos unidos ganhamos todos.

Eu quero rejeitar aqui o aproveitamento político que está a ser feito desta situação.

Para terminar temos um mês de muitos eventos, temos uma semana de muitos eventos, Mirandela está bastante ativa e gostava que se associassem aos eventos, queremos uma Mirandela ativa, por isso participem e estejam presentes.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na sequência da intervenção do Membro *Paulo Pinto* e na sequência complementar que o Senhor Presidente fez, julgo ser meu dever deixar aqui a minha preocupação como cidadão e como profissional, no que respeita às preocupações que a Mesa registou, da evolução dos acontecimentos em relação à capacidade de resposta do Hospital de Mirandela, temos felizmente no passado recente uma imagem brilhante e de capacidade de intervenção e de resposta do nosso Hospital e vejo que se repetem e se multiplicam as preocupações dos mirandelenses, nesta Assembleia, fora desta Assembleia e noutras circunstâncias.

Eu queria solidarizar-me com isso, queria manifestar também a minha pública preocupação disponibilizar a minha capacidade de intervenção nesta matéria e dizer a esta Assembleia o seguinte: Não foi em vão que esta Assembleia aprovou o documento que aprovou em relação a uma parte importante da assistência aos cidadãos no campo da diabetes. Como devem saber e se podem recordar, estamos à espera ainda que a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia e o Colégio da Especialidade da Ordem dos Médicos de Endocrinologia respondam às solicitações e ao pedido de parecer que a Comissão Permanente lhes enviou, o que é certo e o que é a realidade é que o distrito de Bragança com a sua população, num preocupante e angustiante decréscimo, continua a não ter nenhum médico endocrinologista, eu acho que isto é uma discriminação muito negativa, muito pessimista.

De maneira que unindo os seus esforços, Senhor Presidente, em relação à reunião que vai ter com o Presidente do Conselho de Administração da ULS do Nordeste, ficará também a minha disponibilidade e desejo-lhe os melhores sucessos, os melhores resultados, porque tudo o que fizemos neste contexto é a favor dos nossos mirandelenses e podermos contrariar esta evolução pessimista que recai sobre o Hospital de Mirandela e que a Comissão Permanente constatou e testemunhou na última visita que ali fez.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão, disse:**

Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Secretários.

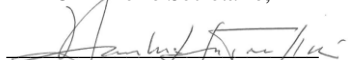
----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 13 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;



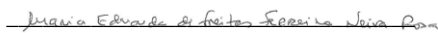
José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;



Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária;



Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa